

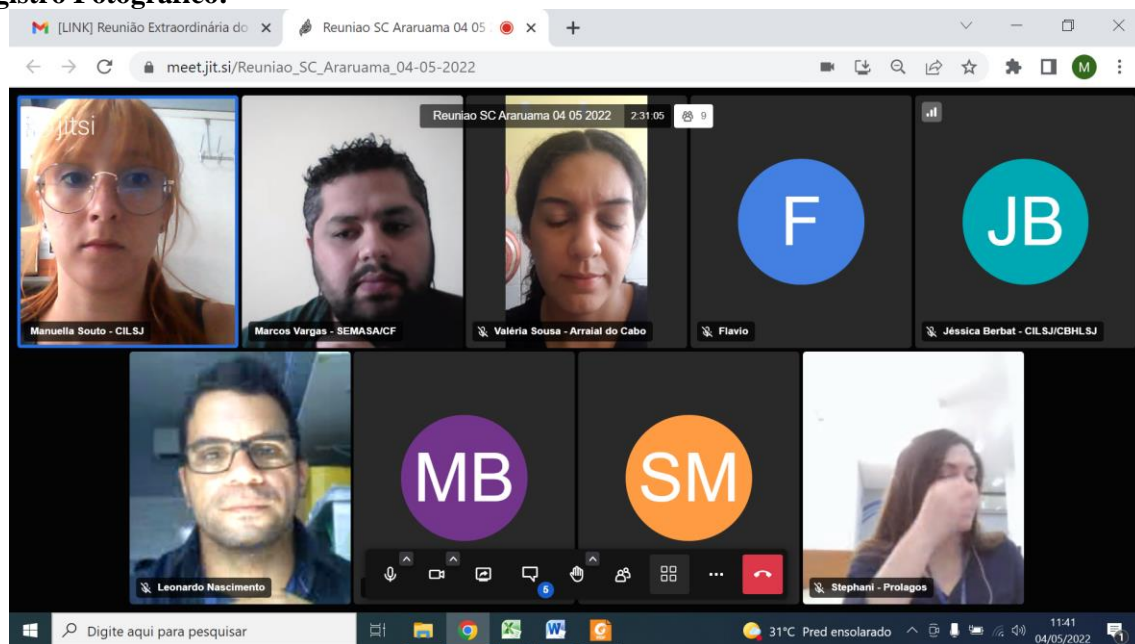
SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião do Subcomitê da Lagoa de Araruama”	
Documento convocatório: Ofício CBHLSJ n.º 76, de 27 de abril de 2022	
Data: 04/05/2022 Hora: 10h	Local: Videoconferência (plataforma <i>JitsiMeet</i>)
Presentes: Membros: Marcos Vargas (P.M.C.F.); Katia Regina (MOMIG); Stephani Brunetti (Prolagos); Caroline Fernandes (CAJ); Felipe Liberato (Prolagos); Arnaldo Villa Nova (Viva Lagoa); Valéria Sousa (P.M.A.C.); Mariana Botelho (FIPERJ); Flávio Antônio (P.M.S.P.A.). Convidados: Carlos Tibáo (SUPLAJ/INEA); Caio Marques (Instituto Albatroz); Beatriz Gago (Instituto Albatroz); Suanne Monteiro (SUPLAJ/INEA); Tatiana Neves (Instituto Albatroz); Jéssica Berbat (CILSJ); Samara Miranda (CILSJ); Leonardo Nascimento (CILSJ); Manuella Souto (CILSJ).	
Pauta: 1 – Apresentação sobre o lançamento da dragagem do Canal do Itajuru e da Laguna de Araruama (Carlos Tibáo – INEA); 2 – Esclarecimentos sobre o esgotamento sanitário do Loteamento Residencial Praia Linda de Sapeatiba, condomínio em São Pedro da Aldeia, próximo à Ponta da Farinha; 3 – Assuntos Gerais.	
Resumo: O Sr. Marcos Felipe Vargas, Diretor do Subcomitê da Lagoa de Araruama, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, informou que solicitou essa apresentação sobre a dragagem ao INEA, pois assistiu à apresentação de lançamento da dragagem no canal do Itajuru e na Laguna de Araruama, realizada em um evento na Universidade Veiga de Almeida, e observou a importância do tema ser abordado no âmbito do Subcomitê. Então, solicitou ao CILSJ que fizesse o convite para o Sr. Carlos Tibáo. Logo após, o Sr. Marcos Vargas passou a palavra ao Sr. Carlos Tibáo, agradecendo por sua presença e disponibilidade. O Sr. Carlos Tibáo deu início a sua apresentação, contextualizando que a Laguna de Araruama é a maior lagoa hipersalina em estado permanente do mundo, com grande importância social, econômica e ambiental. Proferiu que o objetivo do projeto era gerar benefícios ambientais e econômicos para Região dos Lagos, através do desassoreamento do Canal do Itajuru, causando um impacto positivo para os mais de seiscentos mil habitantes e requalificando a Lagoa de Araruama. Após, citou os objetivos específicos. Em seguida, apresentou a resolução CBHLSJ N° 39, de 05 de maio de 2011, exprimindo que a mesma dispõe sobre a definição e a manutenção do canal hidráulico da Lagoa de Araruama, salientando que sua manutenção deve ser contínua, para navegabilidade, renovação das águas e melhoria das condições ambientais do corpo hídrico.	

Destacou que o INEA vai realizar um desassoreamento de manutenção, para viabilizar a troca hidrodinâmica entre o oceano e corpo lagunar. Apresentou, então, o Acordo de Cooperação entre a Prolagos e COPPETEC, firmado em 03/2018, para análises da Circulação Hidrodinâmica, dos Tempos Hidráulicos Característicos, e da Qualidade da Água do corpo hídrico. Explanou os objetivos da dragagem no Canal do Itajurú, como a melhoria na navegabilidade, na troca hídrica entre o sistema lagunar e oceano, na biota e na circulação hidrodinâmica, o aumento da capacidade de diluição e dispersão de poluentes lançados na laguna, bem como a dinamização da economia regional. Apresentou um mapa da batimetria da Laguna e outro que indicava a idade das águas em janeiro de 2019, ou seja, do cenário analisados modelados para o verão. Expôs os três trechos do Canal do Itajurú em que seria realizada a dragagem, com um volume estimado de 350.000 m³. Comunicou que existe o Decreto Estadual nº 42.694, de 12 de novembro de 2010, que aprovou o Projeto de Alinhamento de Orla (PAO) e a Faixa Marginal de Proteção (FMP) da lagoa de Araruama, visando o disciplinamento de uso e ocupação de um espaço que constitui a sustentação natural e econômica da Laguna. Pontuou a previsão era que a disposição final de parte do volume dragado fosse depositado nas praias do entorno da própria laguna de Araruama, proporcionando um aumento da sua faixa de areia (engordamento de praias), que teria sua estabilidade garantida pela construção de pequenos espigões ao longo da praia. Desse modo, o material dragado seria utilizado para realização dessa recuperação das praias da região, desde que licenciadas pelo INEA, tendo em vista que já houve aprovação pelos municípios envolvidos. Exibiu um mapa com a listagem das praias que estariam inclusas, que incluíram a Praia Seca, Praia do Hospício, Praia do Barbudo, Orla de Iguaba, Praia Linda, Praia Caiçara, Praia da Pitória, Praia de Figueira, Praia da Baleia, Praia do Siqueira e muitas outras. Informou que o valor homologado para o projeto era de R\$ 22.487.574,32 (vinte e dois milhões quatrocentos e oitenta e sete mil quinhentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos), com prazo de execução de 10 (dez) meses. Informou que a empresa já estava atuando no corpo hídrico, e que o INEA previu na licitação que a empresa deveria realizar a batimetria com uma foto atualizada, antes do início da obra, para se pudesse fazer o comparativo da situação após a obra. O Sr. Marcos Vargas agradeceu a apresentação e questionou se já havia o projeto executivo da metodologia de dragagem. O Sr. Carlos Tibáo elucidou que sim, e que a maior parte seria por sucção. O Sr. Marcos Vargas manifestou preocupação na criação dos espigões para manter os sedimentos, com o intuito de não serem carreados. O Sr. Carlo Tibáo elucidou que não seriam espigões, mas sim áreas de decantação. Aclarou que não ocorreria mudança da geometria do corpo hídrico, somente o desassoreamento até uma determinada altura. O Sr. Marcos Vargas proferiu que estava preocupado quanto à engorda da Praia de Siqueira, pois teria um movimento jurídico dos processos de dragagem no local. Sendo assim, questionou se essa disposição já estava definida, ou se ainda estava em processo de conversa com os Prefeitos e Secretários de Meio Ambiente. O Sr. Carlos Tibáo elucidou que existia previsão legal para o projeto e revitalização da orla, mas que a PROLAGOS, em conjunto com a Prefeitura do município, resolveria as questões relativas à Praia de Siqueira. O Sr. Arnaldo Villa Nova questionou quem seria responsável pelo controle e fiscalização do volume de material dragado. O Sr. Carlos Tibáo aclarou que o controle do material caberia ao INEA e à Prefeitura Municipal. A Sra. Tatiana neves perguntou

se a dragagem na entrada do canal impactaria a dinâmica das correntes no entorno, e se havia riscos de acúmulo de sedimentos em outras partes da área. O Sr. Carlos Tibáo aclarou que as modelagens hidrodinâmicas mostraram que não ocorreriam impactos. Levantou que, com o trajeto que foi projetado para a obra, foi entendido que seria possível o lançamento de massa hídrica para dentro da Laguna, sem afetar a dinâmica lagunar, com o objetivo de aumentar a capacidade de troca lagunar. O mesmo afirmou que ao fim da obra, seria a favor da manutenção do desassoreamento. A Sra. Valéria Souza questionou se a dragagem e a engorda foram avaliadas quanto à hidrodinâmica nas pontas e em relação à pesca e se, mediante a isso, poderia ser solicitada a alteração a FMP, pois existiria uma discussão sobre a revisão do PAO. O Sr. Carlos Tibáo esclareceu que na obra não contemplava nenhuma ação que alteraria o PAO e FMP e que a maior parte das intervenções seria dentro do PAO. A Sra. Tatiana Neves questionou se havia previsão de quando seriam realizados nas praias dos depósitos dos sedimentos dragados. O Sr. Carlos Tibáo aclarou que em breve o material seria entregue aos municípios. O Sr. Arnaldo Villa Nova questionou se o trecho entre as praias do Centro e da Pitória, no município de São Pedro da Aldeia, seriam contemplados, tendo em vista que estavam com deficiência de material. O Sr. Carlos Tibáo elucidou que o trecho citado estava previsto no projeto. O Sr. Marcos Vargas agradeceu a apresentação e esclarecimentos, pedindo para que o material apresentado e estudos do projeto fossem encaminhados ao Consórcio, se possível. O Sr. Carlos Tibáo proferiu que estava à disposição de todos e que estavam atuando junto com os municípios, CBHLSJ e CILSJ, tendo em vista a importância dessa obra. Pontuou que a Superintendência Regional Lagos São João (SUPLAJ) acompanhou o projeto como um todo, e que continuaria acompanhando. Relatou que, todavia, a competência do projeto cabia a Diretoria de Recuperação Ambiental, que possuía todos os estudos e projetos. Prosseguiu-se para o segundo item de pauta, referente aos esclarecimentos sobre o esgotamento sanitário do loteamento residencial Praia Linda de Saepatiba. O Sr. Marcos Vargas informou que o local era da área de atendimento da PROLAGOS e que a mesma realizaria a fiscalização, depois da estrutura finalizada e que, atendendo os requisitos necessários, a estrutura seria ligada ao sistema da Prolagos. Após, solicitou que a Sra. Jéssica Berbat realizasse a leitura da carta da Prolagos direcionada ao Sr. Wilmar Mureb, do Loteamento Residencial Praia Linda de Saepatiba, que lista todas as pendências e requisitos a serem atendidos pelo loteamento, para conhecimento de todos os presentes. A Sra. Valéria Sousa manifestou preocupação acerca da fiscalização, devido a uma situação ocorrida no município de Arraial do Cabo, em que um condomínio não estava operando corretamente, à medida que foi verificado que a rede da Prolagos passava próximo ao local, mas o condomínio havia construído uma estação própria, que não estava no projeto inicial, que não era legalizada. Não havendo mais comentários ou assuntos a serem tratados, o Sr. Marcos Vargas agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Registro Fotográfico:



Relator: Manuella Souto, revisado por Jéssica Berbat

Elaborado em: 17/08/2022

Aprovado em: 19/07/2023



MARCOS FELIPE VARGAS
Diretor do Subcomitê da Lagoa de Araruama
CBHLSJ